

gumentos comuns para essa construção da cidade plural. Acho importante reconhecer isso. A cidade é diferenciada, sim. Só que nós podemos ver essas diferenças como formas de construção de uma identidade humana muito mais plural e rica ou como forma de estabelecer e legitimar a desigualdade.

Então, a diferença pode ser instrumento para a desigualdade ou pode ser instrumento de uma sociedade muito mais humana, rica e diversificada. Cabe a nós resolver esse impasse.

Os museus e as novas formas de institucionalização das memórias: tecnologia e prática social

Mário Chagas

Museólogo e professor da UNIRIO

Inicialmente, cabe um breve esclarecimento. No CEASM, tenho funcionado como uma espécie de colaborador, um amigo do CEASM, um rótulo que em tempos recentes me agrada mais. Cabe também esclarecer que tenho um interesse específico no campo da memória. Um interesse que decorre da minha formação profissional, dos meus vícios e deformações profissionais.

Na verdade, me considero, sobretudo, um militante da museologia, um militante da memória nos seus vários aspectos. É nessa condição que gostaria de discutir alguns pontos.

Falarei, nesse caso, não sobre o CEASM, onde já situei bastante claramente a minha participação de um amigo, de um colaborador que eventualmente atende, com carinho e prazer, a alguma demanda mais urgente nesse campo do museu, do arquivo e da memória.

Gostaria de ter participado do Seminário no dia de ontem, quando o pessoal do CEASM se apresentou. Mas, por outro motivo, eu precisei participar de uma reunião para discutir políticas de museus e memória, em Brasília;

na verdade, junto da Secretaria de Patrimônio, Museus e Artes Plásticas. De qualquer modo, penso que foi importante estar presente lá, pois pude, no mínimo, informar de que estávamos aqui, num seminário para discutir a memória das favelas.

Então, pude, em Brasília, anunciar esse nosso Seminário e dizer: “Bom, se estamos pensando numa política de museus e de memórias para o país, é conveniente saber que, no momento, tem, no mínimo, uma contra-memória sendo pensada, organizada. E como os poderes públicos olham para isso, como os poderes públicos se relacionam com isso?”.

Esse anúncio que fiz do nosso Seminário foi possível e, segundo penso, foi pertinente, porque em dado momento entrou na pauta das discussões o papel do poder público. E nesse sentido, foi importante sublinhar que é notável a presença do poder público nas favelas no combate ao tráfico, mas é um grande ausente quando se trata de favorecer a organização da cultura, a organização da memória, como um direito do cidadão. As favelas têm memória e os moradores das favelas têm direito de acionar os dispositivos de preservação e dinamização de suas memórias. Acionar esses dispositivos é também reconhecer que o direito à memória faz parte da dignidade humana.

Convém adiantar que estou falando em memória de maneira genérica, mas estou ciente de que a memória não é, em si mesma, emancipadora ou coercitiva. Penso que esse é um ponto importante para o nosso Seminário.

Memória e Política, Memória e Poder

Gostaria de trazer para a mesa dos debates, a partir da minha área de atuação profissional, alguma contribuição para desnaturalizar um pouco essa noção de memória. Nós falamos muito de memória. Mas, na verdade, a

memória é um campo de disputa, a memória é um campo de litígio, a memória é um campo de briga. Não se pode pensar que esse campo se constitui sem uma relação direta com o poder. E não é apenas o poder público, são as diversas esferas do poder, do micro ao macro, do individual ao coletivo, do familiar ao empresarial etc.

Eu penso que as falas anteriores, de algum modo, já apontavam para isso, sobretudo quando evidenciaram que para a constituição da memória existem várias versões. Isso foi bastante explicitado aqui, foi bastante falado aqui anteriormente. E penso que ficou claro que muitas vezes essas múltiplas versões, são versões de memória que estão em disputa. Esse é efetivamente um campo de litígio, de combate, de luta. Penso que esse aspecto é importantíssimo para eliminar nossa ingenuidade em relação ao campo da memória.

De outro lado, também há quem sustente que nós falamos tanto de memória na atualidade porque a memória está em perigo. Então, é porque a memória está em decadência, é porque a memória já não encontra mais os seus suportes tradicionais, os seus suportes anteriores, é por isso mesmo que nós falamos tanto de memória. E se nós começamos a falar tanto em memória de favelas, fica no ar a idéia de que a memória das favelas está em perigo. E porque ela está em perigo, nós começamos a falar sobre ela e tentamos, de algum modo, organizar os nossos relatos, melhor dizendo, as nossas narrativas em torno dessa memória.

No entanto, esse não é um campo onde o consenso esteja previamente estabelecido, ao contrário. Memória implica esquecimento. Ninguém pode guardar tudo, ninguém pode preservar tudo. Preservamos apenas algumas coisas e, então, tantas outras coisas nós jogamos no esquecimento; tantas outras coisas nós nem esquecemos, apenas silenciemos. Quando, no caso, “O Cidadão”¹

toma uma posição política de não mencionar a questão da violência, está silenciando a violência dentro de “O Cidadão”, pelo menos dentro dele mesmo. Mas isso, na verdade, é uma posição política. Então, memória e política, memória e poder são coisas que andam juntas e, claro, temos aí também resistência, esquecimento, silêncio e fala.

Mas um dos aspectos que penso ser importante e que talvez fique aqui como uma provocação para todos nós é que durante muito tempo, nos anos de 1960 e 1970, as nossas preocupações fundamentais com a memória ou com as memórias estavam muito concentradas no campo dos relatos, das narrativas textuais. Nós nos preocupávamos, sobretudo, com as narrativas de caráter textual. Tanto que não sabíamos muito bem o que fazer com os objetos. Em pelo menos uma das experiências aqui relatadas isso ficou muito claro: aparecem os objetos, eles aparecem e nós não sabemos o que fazer com essas aparições.

Os objetos como suporte da memória

Os objetos também são suportes de memória, os objetos têm vida social intensa. Quando lidamos com memórias aparecem os objetos. E o que nós fazemos com os objetos? Pela nossa tradição textual nós temos dificuldades de operar com essas coisas. Pela nossa tradição de olhar muito para o campo da literatura temos dificuldades de operar com imagens concretas e corporificadas. De algum modo avançamos no tratamento da memória em termos textuais e literários, mas continuamos com dificuldades de operar com objetos, com os objetos materiais, com a cultura material concreta. É a esse ponto que eu queria chegar. E, na verdade, os nossos suportes de memória não estão somente nos textos, eles não estão apenas na narrativa oral, ainda que tudo isso seja importante; os nossos suportes de memória também passam pelos objetos materiais,

¹ Refere-se ao jornal editado pelo CEASM



Arquivo Nacional / Acervo Correio da Manhã

Barris usados para transportar água na Maré em 1972

pelas coisas tridimensionais.

Em contato com a história da Maré, fui informado de que em algum canto, em algum lugar ainda existe, como um vestígio de memória, o facão da dona Orosina. Essa história para mim é de um encantamento fabuloso. No entanto, nunca vi o facão da dona Orosina. Sempre pergunto para um e para outro: — “Cadê o facão da dona Orosina? Quero conhecer o facão”. Ando alucinado na busca desse facão. Dona Orosina encarna o mito fundador da Maré e quero ver o facão que é um corpo atual desse mito fundador, mas não consigo êxito. Até hoje não consegui ver o facão. Dizem que está com um, passou para o outro. Já imaginei tudo o que se poderia construir em torno do facão da dona Orosina.

A longo-me na narrativa desse facão – que imagino existir em algum canto – porque ele exemplifica bem a potência de um objeto de cultura material. Como uma coisa concreta ele tem um corpo definido, é um agente mediador e tem essa vida social intensa vinculada ao mito fundador da Maré.

Estou insistindo nessa questão da cultura material porque há um aspecto que acredito ser relevante. Penso que um dos desafios na atualidade, nesse início do século XXI – e algumas experiências já começam a apontar nessa direção – é a institucionalização de memórias que tradicionalmente foram relegadas ao abandono e ao esquecimento. Por que?

Se há razão naqueles que afirmam que falamos tanto em memória porque a memória está em perigo, isso é explicado. Se há razão nisso, é preciso criar novos corpos para a memória, é preciso criar novos suportes para a memória. E esses novos suportes passam ou podem passar, por exemplo, através da ideia de um arquivo, da ideia de museu, da ideia de uma biblioteca e de um centro cultural qualificado para o trabalho com o campo da memória.

Eu creio que se pensássemos um centro cultural onde apenas se celebrasse a cultura do espetáculo e não pensássemos na memória, seria reproduzir à lógica perversa da celebração presentificada, sempre presentificada do espetáculo. Não que eu seja contra o espetáculo. Adoro espetáculo. Mas o problema é essa cultura espetacular. Até a guerra é espetacular. Tudo passa a ser uma coisa espetacular. Tudo é tratado dentro dessa lógica do mundo espetacular, onde não há espaço para a reflexão e para a crítica, onde não há interesse nas consequências e nos desdobramentos, onde a ética não tem abrigo.

Retomando a questão da institucionalização da memória, eu gostaria de dizer que, em meu entendimento, esse é um dos nossos desafios. E nesse caso temos um campo aberto. Algumas experiências, ainda poucas, têm sido realizadas. Diria que, nesse particular, a experiência do CEASM é um avanço. Temos ali, em curso, um importante e notável processo de institucionalização. Sei que não é único, temos outras experiências importantes, como a do Borel, da Rocinha e alguns outros processos de institucionalização da memória de favelas que começam a ganhar visibilidade e a dar os primeiros passos num caminho que se sabe longo.

Experiências de institucionalização da memória

Foi lembrada aqui a ausência do pessoal da Baixada e da Zona Oeste. Mas, há em Santa Cruz uma experiência igualmente importan-

te. Em Santa Cruz, através do Ecomuseu de Santa Cruz, está em curso, desde 1984, um processo de institucionalização de memória local. A referência ao Ecomuseu de Santa Cruz, aqui nesse momento, não é ingênua. Por quê? Porque lá também se desenvolve uma experiência de memória litigiosa. A comunidade do conjunto residencial de Rollas, por exemplo, onde vivem, entre outros, antigos moradores de favelas que foram expurgadas de seus contextos urbanos originais; esses moradores de Rollas não se sentem contemplados no Ecomuseu de Santa Cruz. Ou seja, mesmo um processo comunitário como esse do Ecomuseu de Santa Cruz, quando pretende falar sobre todas as comunidades de Santa Cruz, deixa de fora outras tantas áreas. Tanto essa localidade ou essa comunidade de Rollas não se sente contemplada no Ecomuseu de Santa Cruz que já se esboça, lá mesmo, um outro projeto, um outro estudo que trabalha a idéia de organização da memória de Rollas. E isso se deve ao reconhecimento de que as experiências desses moradores do conjunto residencial de Rollas tem uma especificidade. Não é a presença dessa localidade no território de Santa Cruz que faz com que os seus moradores se sintam pertencendo ao processo desenvolvido pelo Ecomuseu. A noção de pertencimento ali não se define apenas pela geografia, não é uma questão de espaço geográfico, não é uma questão de espaço territorial. Esse aspecto, em meu entendimento, é de grande importância.

Quando falo em institucionalização da memória, estou consciente de que esse não é um fenômeno novo. Não, ele não é novo, pelo menos desde o século XVIII, com a Revolução Francesa, esse tema vem sendo visitado e revisitado. Existem várias experiências de criação de museus, arquivos e bibliotecas logo nos primeiros momentos da Revolução Francesa. Esse, portanto, não é um fenômeno novo.

Talvez a novidade esteja na forma como, na

atualidade, em alguns momentos e em algumas situações, esse antigo fenômeno tem sido levado a efeito; isto é, tem deixado de ser um processo de institucionalização da memória realizado sistematicamente na terceira pessoa e tem passado a ser uma experiência coletiva realizada por atores sociais que se expressam e falam na primeira pessoa.

Queria dar um exemplo fora das favelas, porque também entendo que é importante pensar fora das favelas, para além das favelas. Quero trazer um exemplo da cidade de Benjamin Constant, no Alto Solimões, no Amazonas, onde os índios Ticuna assumiram o compromisso de organizar e institucionalizar a sua própria memória. Eles criaram o seu museu, um museu tribal, um museu que fala na primeira pessoa. Eles falam “nós”, eles falam “eu”. Não é mais um discurso etnográfico sobre o outro. É um discurso do outro sobre si mesmo. A lógica museal foi completamente alterada.

Essa experiência de ouvir e respeitar a voz do outro que fala sobre si e por si mesmo tem sido tão significativa que o próprio Museu do Índio, aqui no Rio de Janeiro, chegou a ponto de incorporá-la às suas práticas de exposição. De quê modo? Em sua mais recente exposição de média duração, o Museu do Índio chamou os índios Wajãpi para, juntamente com antropólogos, educadores, museólogos e arquitetos, organizarem a exposição; desde a seleção, confecção e coleta de acervos, até a montagem final da exposição a presença dos Wajãpi foi indispensável. O resultado dessa empreitada corajosa é surpreendente. Ele também aponta para uma alteração na lógica das instituições públicas que, de algum modo, lidam com a memória.

Essa é uma alteração que estamos verificando, gradualmente, em tempos recentes, no Brasil. Eu me pergunto: Qual é o lugar das comunidades indígenas nos museus brasileiros? E também me pergunto: Qual é o lugar das comunidades populares, das favelas nos museus brasi-

leiros? E de modo mais específico: qual é o lugar das favelas no Museu Histórico Nacional? E no Museu da República? Como é que isso está sendo pensado e praticado?

Os museus: novas idéias e novas práticas

Por outro lado, se a institucionalização da memória pode ser importante para os próprios grupos populares, como entendo que seja, também é importante pensar e agir numa cidade inteira. Essa é também uma postura política: pensar numa cidade inteira, mesmo reconhecendo que ela tem fragmentos, que a própria lógica da cerzidura considera a existência de partes. Você não pode cerzir o que não está partido, o que não está esgarçado. A cerzidura considera pedaços, considera partes, considera o esgarçado. Então, está claro que essa é uma postura política. Não é outra coisa, é postura política e até mesmo ideológica.

Assim, se é importante constituir memórias próprias, de comunidades e de localidades, também é importante abrir o diálogo com as memórias oficiais, já estabelecidas e já constituídas. Eu penso que temos aí um campo grande, um campo aberto e, na verdade, muito pouco trabalhado: como nós poderemos abrir brechas, abrir frestas nas áreas do poder público, nos museus oficialmente estabelecidos, nos arquivos e nas bibliotecas? Como estamos sendo ali representados e de que modo nós gostaríamos de nos fazer presentes na história dessas instituições? Será que estas questões nos interessam?

Eu já vou finalizar. Mas antes, eu gostaria de deixar aqui para os nossos debates mais uma sugestão e com isso deixo no ar, para nós próprios aqui da mesa, uma provocação. É claro que há uma ligação entre as idéias de memória e de identidade, mas identidade pressupõe alteridade, pressupõe a diferença. Nós nos construímos com essa diferença. Eu, que falo a partir do campo dos

museus, percebo essa relação entre o idêntico e o diferente como evidência material. Nós falamos de identidade, mas ao falarmos de identidade estamos falando da diferença, da alteridade. Essas noções andam coladas, efetivamente coladas. E mais uma vez, esse campo se afirma como um campo de disputa política, de disputa de poder.

Eu gostaria de sugerir que nós pensássemos as instituições de memórias como ferramentas, como tecnologia e prática social. Talvez essa noção nos ajude a avançar nas discussões. Assim, como nós operamos na vida prática com um lápis, que também é tecnologia, assim também as instituições de memória são ferramentas, são tecnologias. E talvez seja importante aprendermos a utilizá-las na vida social. Nós utilizamos o lápis, utilizamos o computador, utilizamos o microfone, nós utilizamos ferramentas variadas. Mas a ferramenta da instituição de memória ficou reservada para determinados grupos. Talvez, se nós nos apropriássemos dessa ferramenta; talvez, se nós aprendêssemos a utilizar essa ferramenta, poderíamos usá-la ao nosso modo, da maneira que nós achamos devida.

Um desenvolvimento particularmente importante no campo dos museus foi nos anos de 1970 quando se rompeu com a hegemonia do chamado museu tradicional e constituiu-se uma nova idéia e uma nova prática: a dos museus de comunidade, museus voltados para o desenvolvimento social. Esses museus receberam vários nomes: museu de bairro, casa museu, museu de vizinhança, museu local, etnomuseu, museu de sociedade e, entre tantos outros, o de ecomuseu, bastante popularizado, na atualidade. E o que isso tem a ver com essa nossa discussão?

Interessa perceber que o ecomuseu não é museu de ecologia, ainda que possa tratar desse tema, o eco aqui é casa, a casa do humano. Então, a idéia fundamental é que se constituiu um novo tipo de museu onde, ao

invés de se pensar o edifício, se pensava um grande espaço geográfico, um território. Mas a noção de território estava ligada a de desterritório. Porque quem define o território é aquele que o utiliza. Então, o território tem certa mobilidade e essa noção está presente nas práticas socioculturais de alguns ecomuseus. Outro aspecto importante é que no ecomuseu ao invés de se tratar com a idéia de coleção, se considera a idéia de patrimônio e de quem utiliza o patrimônio: as pessoas. E, ao invés de um público que visita um espaço, se trabalha a idéia de população local, grupos variados de interesse. No campo dos museus, essas idéias simples tiveram o sabor de uma revolução.

No Brasil, ainda estamos nos apropriando desses espaços, estamos nos apropriando dessa tecnologia, fazendo as nossas experiências e já temos alguns avanços. De qualquer modo, eu sempre fico com a suspeita de que algumas das nossas experiências, mesmo quando não estão munidas do suporte teórico academicamente esclarecido, elas estão apontando exatamente nessa direção. Pode não ser um suporte teórico formalmente acadêmico, como nós temos visto, mas estão intuindo e trilhando exatamente por esse caminho. Algumas das experiências aqui relatadas, em meu entendimento, trabalham com noções desse tipo e no fundo estão caminhando pelo campo da institucionalização da memória ou pela via de uma contra-memória em relação às memórias oficialmente constituídas.

Bom, é isso. Como sou um militante do campo dos museus, gosto e acho que essa palavra tem um apelo político e mítico muito poderoso. Então, sempre fico encantado com a possibilidade de operar com os museus. Eu penso que os museus têm um forte poder político. Mas isso vem do meu encantamento, dos meus vícios e deformações profissionais, como falei inicialmente. Espero que a gente possa debater.

Bairros e favelas: limites e investimentos de diferentes atores sociais

Márcia Pereira Leite

Antropóloga e professora do departamento de Ciências Sociais/ UERJ

Gostaria de iniciar meus comentários agradecendo à Regina Novaes o convite para participar deste seminário. Está sendo um privilégio conhecer mais e melhor a história e as propostas dos diversos centros e projetos de memória das favelas. Farei algumas observações sobre os relatos que nós ouvimos hoje. Antes, entretanto, quero me apresentar e lhes dizer de quê lugar vou falar.

Sou professora de Sociologia da Uerj e, há quase dez anos, venho fazendo pesquisas sobre violência e cidadania em favelas e bairros da Zona Norte da cidade do Rio de Janeiro. Nesse período, tive a oportunidade de acompanhar as atividades da Agenda Social, na Grande Tijuca. A Agenda é uma articulação de moradores e dirigentes de associações de bairros e favelas, organizações comunitárias, instituições estatais, igrejas, ONGs, universidades e escolas, que se constituiu visando reverter a integração subordinada das favelas à cidade e, com esse objetivo, realiza, estimula e apóia iniciativas de promoção de cidadania, solidariedade e participação.

Pois bem, nesse período eu e um colega da Uerj desenvolvemos junto com a Agenda um projeto de pesquisa e extensão que visava recuperar diversos aspectos da história e da memória coletiva dos bairros e favelas da Grande Tijuca, pensando esses dois espaços como espaços em relação. Trabalhamos com os relatos dos moradores sobre a história das favelas em que moravam, suas relações com os moradores dos bairros e suas percepções sobre as rupturas e permanências ao longo do tempo. Procuramos entender como os acontecimentos do passado eram interpretados no presente, o que se valorizava nas lembranças e que sentidos isso con-